P.M.Q.

Processo nº 13.580/21

Rubrica PST Fls 142

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

1 - PREÂMBULO

1.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com sede na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, torna público, para o conhecimento dos interessados que o (a) Pregoeiro (a) e a respectiva Equipe de Apoio, realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, do tipo Menor por Item, devidamente autorizada pela Secretaria Municipal De Transporte, na forma do disposto no processo administrativo nº 13580/2021, que será regida pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 2425, de 13 de março de 2018, e pelo Decreto Municipal nº 1882, de 06 de maio de 2014, e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 - A sessão pública para o credenciamento dos representantes das empresas e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste edital, serão efetuados no local, data e horário seguintes:

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ.

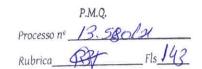
Data: 07 de abril de 2022.

Horário: 09:30 horas.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente Licitação na modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 030/2022 foi autorizada no processo nº 13580/2021, pela Secretaria Municipal de Transporte, tendo como objeto locação de 06 (seis) veículos tipos ônibus urbano com roleta, com ar-condicionado, sem motorista e sem combustível, para atendimento ao transporte público de passageiros no Municipio de Quissamã, conforme especificações e quantidades relacionadas no Anexo I (Termo de Referências).





2.2 - A Secretaria Municipal de Transporte não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nem nas quantidades indicadas no ANEXO II (Descrição dos Serviços), podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- **3.1** A despesa com o objeto desta licitação poderá ser atendida pela Funcional Programática 19.001.001.26.122.0079.2095 Elemento de Despesas 3390.39 NR 171.
- 3.2 A despesa com o objeto desta licitação é estimada no valor total máximo de R\$ 1.902.420,00 (um milhão, novecentos e dois mil, quatrocentos e vinte reais).
- 3.3 O valor estimado constitui-se mera estimativa, não se obrigando a Secretaria Municipal de Transporte a utilizá-lo integralmente.
- 3.4 O valor máximo estimado dos serviços, objeto desta licitação, foi orçado de acordo com o levantamento elaborado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, por meio de pesquisa de mercado referente agosto de 2021 e consulta ao Banco de Preços referente a setembro de 2021.

4 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços nas condições previstas neste edital.

5 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- **5.1-** Durante a sua vigência, os preços registrados somente poderão ser ajustados nas hipóteses elencadas no artigo 7º do Decreto Municipal nº 1.882 de 06 de maio de 2014, observadas as disposições condidas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da lei nº 8.666/93, caso em que o órgão gerenciador realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.
- **5.2** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais serem entregues





P.M.Q.

Processo n° 13-580/21

Rubrica P37 Fls 144

nos locais estabelecidos neste Edital, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal de Transporte.

5.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

6 - PRAZO DA CONTRATAÇÃO

6.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme Termo de Referência.

7- DOS ANEXOS

7.1 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO I/I - Dados da Licitante;

ANEXO II/I - Planilha de Composição de Custos;

ANEXO II - Descrição dos Serviços;

ANEXO III - Modelo de Credenciamento;

ANEXO IV - Declaração de cumprimento das exigências para habilitação, nos termos do art 4°, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (modelo);

ANEXO V - Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) (modelo);

ANEXO VI - Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI;

ANEXO VII - Proposta de Preços (download no site https://www.quissama.rj.gov.br);

ANEXO VIII - Minuta Ata de Registro de Preços;

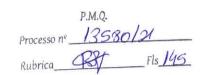
ANEXO VIII - Minuta de Contrato;

8 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **8.1** Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, inscritas ou não no Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Quissamã, e que atenderem todas as exigências constantes neste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.
- 8.2 Não poderão participar deste PREGÃO empresas que:







- a) Tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93;
- b) Já incursos na pena do inciso IV, do art.87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- c) Sejam coligadas, controladoras e controladas pertencentes ao mesmo grupo de acionistas ou cotistas, sejam pessoas físicas ou jurídicas;
- d) Em consórcio ou grupo de empresa;
- e) Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art.9º da lei Federal nº 8.666/93.
- 8.2.1 A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

9 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- **9.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos providências ou impugnar este edital, desde que encaminhada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 Centro Quissamã RJ, no horário das 8hs às 11h30 e de 13h30 às 17hs, de segunda a quinta-feira, e das 8hs às 12hs, na sexta-feira, exceto feriados.
- 9.2 Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre o acolhimento ou não da petição interposta no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da petição.
- 9.3 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.







P.M.Q.

Processo nº 13-586/21

Rubrica P.M.Q.

Fls_146

- 9.4 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de Quissamã o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes de propostas de preços.
- **9.5** O Pregoeiro desconsiderará qualquer impugnação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.

10 - DO CREDENCIAMENTO

- **10.1** Na data, horário e local indicados neste edital, as empresas interessadas, deverão se credenciar junto ao (a) Pregoeiro (a).
- 10.2 Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao (a) Pregoeiro (a), no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.
- 10.3 Os documentos referidos nas alíneas "a" e "b" do subitem 10.4, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, e não serão devolvidos aos licitantes, pois integrarão o processo licitatório. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para não ocorrer atraso na hora do certame.
- 10.4 Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente: cópia do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de Sociedade Simples, do ato constitutivo acompanhado da ata de eleição da diretoria, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- b) Tratando-se de <u>procurador:</u> a procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, conforme Termo de Credenciamento (Anexo III), da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.





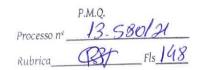
P.M.Q.

Processo nº 13.580/21

Rubrica PST Fls 147

- **10.5** O representante (legal ou procurador) deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- **10.6** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **10.7** A ausência do credenciamento não constituirá motivo para inabilitação ou desclassificação de proposta do concorrente.
- 10.8 O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- **10.9** Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.
- 11 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- **11.1** A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste edital, nos termos do art. 4°, VII, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002.
- 11.2 As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, obrigatoriamente, Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI, assinada por representante legal, manifestando essa condição.
- 11.3 As referidas declarações deverão ser apresentadas FORA dos Envelopes nº 1 e 2.
- **11.4** A não apresentação de declaração prevista no subitem 11.1 implica na desclassificação imediata do licitante.





11.5 - A não apresentação de declaração prevista no subitem 11.2, nas condições descritas, implicará o decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido neste certame.

- **11.6** A declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no presente instrumento convocatório conforme Anexo IV, deverá ser apresentada em conjunto com as seguintes certidões/cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela
 Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacaopublica/licitantesinidoneos/);
- 11.7 A consulta aos cadastros é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.
- 11.8 No dia, hora e local indicados neste edital, cada licitante deverá apresentar ao (a) Pregoeiro (a) os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, conforme item **DA HABILITAÇÃO** (item 13.6), que deverão ser entregues em envelopes opacos, distintos, devidamente fechados. As partes externas desses envelopes deverão estar identificadas conforme abaixo:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
PREGÃO Nº 030/2022-Processo nº 13580/2021
ENVELOPE N. 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:

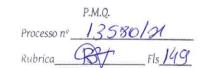
À
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
PREGÃO Nº 030/2022 - Processo nº 13580/2021
ENVELOPE N. 2 HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:

12 - DA PROPOSTA DE PREÇOS









- **12.1** O modelo de Proposta de Preços gerado pelo sistema Supernova está disponível para download no site da PMQ, https://www.quissama.rj.gov.br, e deverá ser elaborada pelo licitante e salva em mídia de armazenamento (pen drive) no formato Excel. A mesma deverá ser preenchida e entregue no dia da abertura do certame junto com uma via impressa da proposta gerada, devendo ser datada e assinada.
- **12.1.1** Constar em anexo a Planilha indicativa de valores unitários e global, conforme descrição constantes no Anexo II/I. Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem essa planilha.
- **12.2** A Proposta de Preços deverá indicar o número do processo e do pregão, razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, os números de telefone para contato e marca dos produtos ofertados.
- 12.3 Conter preços unitário e total em algarismos e preço total por extenso, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação e devendo ser computadas todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada, ressalvada a possibilidade de ser mantido o reequilíbrio econômico-financeiro.
- **12.4** Conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- **12.5** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data para abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado por acordo das partes.
- 12.6 Os preços deverão ser apresentados com precisão de duas casas decimais.
- 12.7 Todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços estão sendo fornecidas pela administração, de forma que as empresas interessadas tenham completo conhecimento do objeto da licitação.
- 12.8 Não serão consideradas propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis,





P.M.Q.

Processo n° 13.580/21

Rubrica Fls 150

além das que contiverem preços vis ou excessivos face aos preços correntes no mercado; igualmente as elaboradas em desacordo com a legislação aplicável.

- **12.9** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- **12.10** As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município, em hipótese alguma será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos na licitação ou os seus resultados.
- **12.11** Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado e a redução alcança todos os valores apresentados na proposta.
- **12.12** Caso os prazos que tratam este item não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos.
- **12.13** Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste edital.
- **12.14** Para a verificação de erro de cálculo entre o preço unitário e o total, prevalecerá sempre o primeiro, para efeito de saneamento.
- **12.15** A apresentação da Proposta de Preço implicará aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13 - DA HABILITAÇÃO

- **13.1** O proponente deverá apresentar dentro do envelope n° 02 todos os documentos exigidos no subitem 13.6 como condição para participar do certame cujo descumprimento resulta automática inabilitação.
- 13.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para não ocorrer atraso na hora do certame.







P.M.Q.

Processo nº 13580/21

Rubrica OST Fls 151

- **13.3** Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do(a) Pregoeiro(a).
- **13.4** Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- **13.5** As folhas da documentação deverão estar numeradas em ordem crescente, e não poderão conter rasuras ou entrelinhas e serão rubricadas pelo representante da licitante.

13.6 - A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ CONTER:

13.6.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentação de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Obs.: Os documentos relacionados no subitem "13.6.1" não precisarão constar no Envelope nº 2 - Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste Pregão.

13.6.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J), mediante apresentação da consulta ao site http://www.receita.fazenda.gov.br;







Processo nº

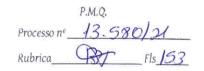
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, extensiva às contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, podendo ser demonstrada por meio de Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- d) Certidão Negativa de Débitos CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro da validade na data da licitação;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, segundo o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT; mediante apresentação da consulta ao site http:// www.tst.gov.br/certidão;
- f) Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Servicos (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.
- g) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

13.6.2.1 - Microempresas e empresas de pequeno porte:

- 13.6.2.1.1 a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 13.6.2.1.2 havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou







parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

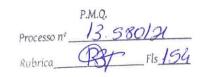
13.6.2.1.3 - a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para assinar a Ata de Registro de Preços, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.6.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. As certidões serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação, se outro prazo não constar no documento.
- b) Não constituirá motivo de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação deste pregão.
- c) A licitante deverá comprovar que possui capital social devidamente integralizado ou patrimônio líquido mínimo ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.
- d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.
- e) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os Balanços Patrimoniais e Demonstrações Contábeis que contenham as seguintes exigências:
- I) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital ECD deverá apresentar o Balanço Patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica nos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário.







- Quando se tratar de sociedades anônimas, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;
- III) Quando se tratar de outro tipo societário, o Balanço Patrimonial acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.
- IV) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o Balanço Patrimonial de Abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.
- f) Indices:
- I) Liquidez Geral (LG) igual ou maior que 1(um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante (AC) com o Ativo Não Circulante (ANC) pela soma do Passivo Circulante (PC) com o Passivo Não Circulante (PNC).

II) Liquidez Corrente (LC) igual ou maior que 1(um). Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente do Ativo Circulante (AC) pelo Passivo Circulante (PC).

III) Solvência geral (SG) igual ou maior que 1(um). Será considerado como Índice de Solvência Geral o quociente do Ativo, pela soma do Passivo Circulante (PC) com o Passivo Não Circulante (PNC).





P.M.Q.

Processo nº 13580/21

Rubrica PST Fls 155

13.6.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame.

b) Comprovante de disponibilidade de no mínimo 06 (seis) veículos ônibus, todos de propriedade da licitante, para atender o objeto deste Termo, conforme especificações do item 2.2.1, através do certificado de Registro de Licenciamento do Veículo (CRLV) autenticada, regularizada em nome da licitante.

13.6.4 - DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

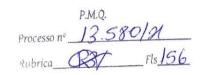
Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o Anexo V deste edital, expressando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

14 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **14.1** No dia, hora e local indicados neste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- **14.2** Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão, não sendo mais admitido novos proponentes.
- 14.3 Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar ao (a) Pregoeiro (a) declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV) e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.
- 14.4 Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas verificando sua conformidade com os requisitos estabelecidos no presente edital e seus anexos, classificando em ordem crescente de valores aquelas que estiverem em







conformidade e desclassificando as que estiverem em desacordo com as regras estipuladas no edital, sendo rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a), pela equipe de apoio e, posteriormente pelos representantes das licitantes.

- **14.5** Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observando os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desenvolvimento e qualidade definidos no edital e em seus anexos. É vedada a aceitação de proposta com preço superior ao fixado no ANEXO II (Descrição dos Serviços) deste edital.
- **14.6** Iniciada a abertura dos envelopes, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- 14.7 No curso da Sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, sucessivos e de valores distintos, até que as empresas licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.
- **14.8** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- **14.9** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **14.10** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- **14.11** O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 14.12 É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.







14.13 - Quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, e na manutenção do último preço apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas.

14.14 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital e seus anexos.

14.15 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo (a) Pregoeiro (a), as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

14.16 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo (a) Pregoeiro (a) a conformidade entre a (s) proposta (s) escrita (s) de menor preço e o valor estimado para a contratação.

14.17 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

14.18 - O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com a (s) licitante (s) vencedora (s) para que seja (m) obtido (s) melhor (es) preço (s) aceitável (is), devendo esta (s) negociação (ões) se dar (em) em público e formalizadas (s) em ata.

14.19 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, o (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital, facultando-lhe o saneamento de falha (s) formal (is) relativa (s) à documentação na própria sessão.

14.19.1 - A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a), anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.19.2 - A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.





P.M.Q.

Processo no 13.580/21

Pubrica P8/ Fls 158

14.20 - Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o (a) Pregoeiro (a) declarará a (s) licitante (s) vencedora (a), adjudicando a ela (s) o objeto do certame, caso nenhuma licitante manifeste a intenção de recorrer.

- **14.21** Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 14.22 Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 14.7 e 14.8 serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais.
- **14.23** O (a) Pregoeiro (a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atende às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **14.24** Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes.

14.25 - Microempresas e empresas de pequeno porte:

- **14.25.1** a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06;
- **14.25.2** não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.







15 - DOS RECURSOS

15.1 - Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 - Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes referentes a este Pregão deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, no horário das 8hs às 11h30 e de 13h30 às 17hs, de segunda a quinta-feira, e das 8ha às 12hs, na sexta-feira, exceto feriados.

15.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

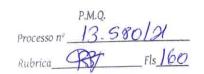
16 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

- **16.1** Uma vez homologado o resultado da licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, que terá vigência até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- **16.2** A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preços. A convocação far-se-á através de ofício, dentro do prazo de validade de sua proposta.
- **16.2.1** O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE.
- 16.2.2 Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses,







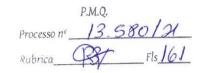


podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

- **16.2.3** Para a assinatura do contrato a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.
- 16.2.4 A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias após sua emissão, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.
- **16.2.5** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.
- 16.2.6 Quando do comparecimento da empresa para assinatura da Ata, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.
- **16.2.7** A ata firmada com o licitante fornecedor observará a minuta do Anexo VIII, podendo ser alterada nos termos dos artigos 57, 58 e 65, da Lei n.º 8.666/93.
- 16.2.8 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada e estendida a qualquer Órgão Público ou Entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços, desde que devidamente comprovada a vantagem de sua utilização.
- **16.2.9** O (s) Órgão (aos) Público (s) e/ou Entidade (s) da Administração que não participar (em) do registro de preços, e que desejar (em) fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá (ão) manifestar seu interesse junto ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.







16.2.10 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento a outros Órgãos Públicos e/ou Entidades da Administração, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

- **16.2.11 -** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder por Órgão Público e/ou Entidades da Administração, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- **16.2.12** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- **16.2.13** O Órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por Órgão integrante da ata.
- **16.2.14** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

17 - DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

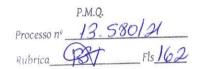
- **17.1** A Secretaria Municipal de transporte, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento, quando necessário.
- 17.2 O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste edital. Neste caso, a Secretaria Municipal de transporte convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a Secretaria Municipal de Transporte sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couber, as seguintes sanções:







18.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

18.1.2 - multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

18.1.3 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Secretaria Municipal de Transporte rescinda, unilateralmente, a Ata de Registro de Preço e aplique as demais sanções legais cabíveis.

18.1.4 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.5 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Secretaria Municipal de Transporte de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.1.6 - A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

19 - DA ENTREGA E FORMA DE RECEBIMENTO

19.1 - O aceite/aprovação dos serviços pela Secretaria Municipal de Transporte não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.







P.M.Q.

Processo no 13.580/21

Rubrica PST Fls 163

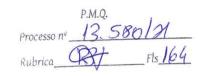
19.2 - O prazo para disponibilização dos veículos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

20 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRECOS

- 20.1 O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 20.2 O cancelamento do seu registro poderá ser:
- 20.2.1 a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 20.2.2 por iniciativa da Secretaria Municipal de Transporte.
- 20.2.2.1 quando o fornecedor registrado:
- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) não assinar o contrato ou deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Transporte, sem justificativa aceitável;
- 20.2.2.2 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.
- 20.3 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Secretaria Municipal de Transporte fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.







21 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pela Administração:
- 22.1.1 automaticamente:
- 22.1.2 por decurso de prazo de vigência;
- 22.1.3 quando não restarem fornecedores registrados.
- 22.1.4 pela Secretaria Municipal de Transporte, quando caracterizado o interesse público.

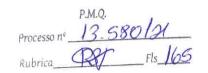
23 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 23.1 A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Departamento de Despesas da Secretaria Municipal de Transporte, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.
- 23.2 O pagamento será mensal efetuado por empenho Global e realizado, sem juros e consectários em até 30 (trinta) dias úteis a partir da entrega dos serviços e apresentação de documento fiscal, que deverão ser aceitos pelo Órgão contratante.
- 23.3 Caso a Secretaria Municipal de Transporte efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 23.4 Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.
- 23.5 O atraso no pagamento implicará na incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais TR como compensação financeira, calculado pro rata die entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data da entrega aposta pelo protocolo da SETRA, no título da cobrança e a data do efetivo pagamento.
- 23.6 Os pagamentos efetuados antecipadamente, sofrerão desconto pro rata die, calculados pela variação da TR entre o dia do efetivo pagamento e data inicialmente prevista para pagamento.









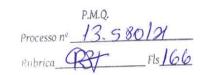
§ 1° - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento estabelecidas, bem como, o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido podem ser registrados por simples apostila, dispensado o aditamento.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- **24.1** As informações relativas a este Edital poderão ser esclarecidas junto à Secretaria Municipal Transporte, na Rua Conde de Araruama, 425 Centro Quissamã RJ, no horário de 8hs às 11h30 e de 13h30 às 17hs, ou pelo telefone (22) 2768-9300 ramal 9346 com o Sr. Maurício, de segunda à quinta-feira no horário de 8h30 às 11h30 e 13h30 às 17hs, e sexta-feira de 8h30 às 12hs ou com o Departamento de Licitação pelo telefone (22) 2768-9300, ramal 9323, exceto feriados. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão aquelas de caráter estritamente informal.
- **24.2** O edital poderá ser consultado por qualquer interessado na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Conde de Araruama, 425 Centro Quissamã RJ, durante o expediente normal do órgão licitante e no site: www.quissama.rj.gov.br.
- 24.3 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.4 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos deste edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- 24.5 Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo (a) Pregoeiro (a) e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do (a) Pregoeiro (a) e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.







24.6 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta Licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vicio no seu processamento.

- 24.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão de entrega e abertura dos envelopes será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do (a) Pregoeiro (a) em contrário.
- **24.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Quissamã.
- **24.9** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Quissamã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **24.10** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **24.11** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- **24.12** Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 24.13 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do (a) Pregoeiro (a), devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do contrato ou documento equivalente (nota de empenho) pela (s) licitante (s) vencedora (s). Após o que ficarão por 10 (dez) dias à disposição das licitantes interessadas e, ao final deste prazo, sem que sejam retirados, os mesmos serão destruídos.





P.M.Q.
Processo nº 13.580/21
Rubrica PST Fls 167

24.14 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrada as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela Equipe de Apoio e pelos proponentes presentes.

24.15 - Após a realização deste Pregão, os interessados poderão ter acesso aos autos do respectivo processo administrativo, de acordo com o Decreto Municipal nº 2131/2016 que regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

24.16 - Os casos omissos ou situações não explicadas neste Edital e seus anexos serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a) com base na legislação em vigor.

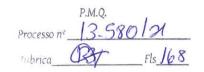
24.17- Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã(RJ), 24 de março de 2022

Ruth Amaral Dias

Responsável pela Assinatura de Minutas e Editais (Em Exercício conf. Portaria 21.528/2022)





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao Art. 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei 8.666/93 e alterações, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão a contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos sem motoristas e sem combustível.

2. DO OBJETO

- 2.1. O presente processo administrativo tem por objeto o Registro de Preços para Locação de 06 (seis) Veículos tipos ÔNIBUS URBANO com roleta, com ar-condicionado, sem motorista e sem combustível para atendimento ao Transporte Público de Passageiros no Município de Quissamã, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo Sistema de Registro de Preços, com fulcro:
- a) Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- c) Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012;
- d) Lei Municipal nº 1829 de 12 de março de 2019;
- e) Decreto Municipal nº 2728 de 23 de outubro de 2019.

2.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 2.2.1. Contratação de empresa especializada na Locação de 06 (seis) Veículos tipo ÔNIBUS URBANO sem motorista e sem combustível, para futuro atendimento ao transporte público de passageiros da Prefeitura Municipal de Quissamã, considerando as seguintes características:
- a) Capacidade mínima de 36 passageiros sentados e 30 passageiros em pé:





P.M.Q.

Processo nº 13.580/21

Rubrica PST Fls 169

- b) Com ar-condicionado;
- c) Mínimo de duas portas, sendo uma de acessibilidade a PPD por elevador automático;
- d) Roleta, tipo catraca com contagem de entrada de passageiros;
- e) Tacógrafo com disco de 01 (um) dia;
- f) Câmeras de Monitoramento:
- g) Pintura ou Adesivagem na cor branca com modelo de identificação fornecida pela Prefeitura Municipal de Quissamã, em todos os veículos, sendo que o logotipo deverá ser colocado nos veículos em local visível;
- h) Ano de fabricação e modelo de no mínimo 2019/2020;
- i) Sistema de Georreferenciamento

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. Considerando as seguintes premissas básicas:
- **3.1.1.** Dignidade no transporte, empreendendo ações que permitam instituir um serviço que faça a população se sentir bem ao utilizá-lo, que tenha confiança na sua disponibilidade. A qualidade do serviço em todos os seus atributos, de forma a proporcionar as condições adequadas para o transporte, mediante um padrão apropriado de operação, de tecnologia e de atendimento. Essa imagem positiva do serviço refletida pela qualidade, inclusive associada aos aspectos tecnológicos, permitindo que o transporte coletivo tenha uma imagem no imaginário coletivo como um serviço que funciona bem;
- 3.1.2. Vale dizer que a perda de usuários para o transporte individual reduz a mobilidade dos cidadãos, prejudica o meio ambiente e afeta a capacidade produtiva da população, gerando transtornos para todo o sistema urbano. O uso do transporte motorizado individual impacta na poluição atmosférica, na liberação de material particulado, nos gases do efeito estufa. O transporte coletivo tem papel socioambiental fundamental para combater a desigualdade social e as mudanças climáticas.
- 3.1.3. O padrão de mobilidade nos grandes centros urbanos é marcado por deterioração da qualidade do ar, dificuldade de acessibilidade da população de baixa renda e aumento do congestionamento. Investimentos públicos na melhoria das condições de transporte podem reduzir esses índices no futuro. O péssimo sistema de transporte que a gente tem no Brasil reforça e aprofunda a desigualdade, tendo impacto também na convivência familiar, na saúde, no ar que a gente respira e, por fim, no orçamento familiar, já que o custo é muito







caro. Tudo isso tem a ver com mobilidade e as cidades devem garantir transportes seguros, confortáveis, acessíveis, baratos e com qualidade.

- 3.1.4. Ressaltando que os veículos que estão sendo utilizados não possui ar-condicionado e com a chegada do verão, o calor intenso gera um desconforto aos usuários do Transporte Coletivo. Sendo o ano de fabricação dos ônibus utilizados para este fim 2009/2010 e o uso contínuo e frequente ocasiona uma manutenção preventiva e corretiva constante. Visando isso optamos pelo Registro de Preço para locação de Veículos Tipo ônibus Urbano para oferta um serviço contínuo de Transporte Público de qualidade, gerando uma melhor condição de cidadania o mais significativo dos objetivos a serem alcançados pela Prefeitura Municipal de Quissamã. Tendo-o como forma preferencial de deslocamento nas cidades, reduzindo, por sua vez, a participação do transporte individual;
- 3.1.5. Considerando a melhor qualidade de vida urbana, traduzida pelos deslocamentos preferencialmente por meios coletivos, que tornam as cidades mais saudáveis. Cidades mais saudáveis tornam a vida das pessoas mais digna. Para buscar o atendimento a todos estes objetivos, a Administração Pública optou por realizar procedimento licitatório para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ônibus Urbano com roleta, com ar-condicionado sem motoristas e sem combustível, seguindo a tendência universal de uma Administração Pública Gerencial, ou seja, aquela responsável pelo planejamento e fiscalização das atividades, buscando parceiros privados para execução das atividades que possam atender ao interesse público.

4. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

- **4.1.** Os veículos a serem contratados deverão estar à disposição de Domingo a Sábado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com estimativa para cada veículo de até 12.000 km/mês e não incluem motorista e combustível;
- **4.2.** Os veículos a serem contratados deverão estar cobertos com seguro total, bem como manutenção preventiva e corretiva;
- **4.3.** A Contratada deverá efetuar regularmente as manutenções preventivas e corretivas nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes, cujos custos correrão por conta da Contratada;
- **4.4.** A Contratada deverá disponibilizar serviço de reboque para os casos necessários, devendo a Contratante informar com antecedência mínima de 48 h sobre saída do veículo avariado:





Processo nº 13 580/21

Rubrica 987 Fls 171

- **4.5.** Os veículos devem apresentar a melhor classificação de eficiência energética dentro da respectiva categoria, conforme classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Veículos, que poderá ser consultado na página do INMETRO na internet ou na página do CONPET;
- 4.6. A Contratada deverá fornecer veículo reserva em substituição nos casos de impossibilidade de utilização dos veículos seja por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade, nas seguintes condições:
- **4.6.1.** O veículo reserva deverá possuir as mesmas características e especificações do veículo principal, e ser fornecido com tanque cheio;
- **4.6.2.** A devolução do veículo reserva com o tanque cheio somente ocorrerá após a disponibilização do veículo principal;
- **4.6.3.** Não será admitida a substituição por veículo com especificações diversas do original, salvo se superior a este;
- **4.6.4.** Serão descontados da fatura apresentada pela Contratada os dias em que os veículos não puderam ser utilizados pelo Contratante;
- 4.6.5. O contratante informará o local para disponibilização do veículo reserva;
- **4.7.** Caso a Contratada receba notificação relativa à infração de trânsito causada pelos condutores de qualquer dos carros previstos neste Termo de Referência, deverá encaminhá-la ao Contratante em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação do auto de infração, para que seja indicado o real infrator e elaborada a defesa prévia;
- **4.7.1.** O Contratante deverá enviar à Contratada, dentro do prazo para defesa prévia, o requerimento de defesa em conjunto com os documentos necessários, bem como a identificação do real infrator, competindo à Contratada protocolá-los tempestivamente junto ao órgão competente, encaminhando cópia do comprovante de protocolo à Secretaria Municipal de Transporte em até 05 (cinco) dias consecutivos;
- **4.7.2** Se o Contratante receber a notificação relativa à infração de trânsito após o término do prazo de defesa, a Contratada deverá arcar com o pagamento da multa;
- 4.7.3. Se o recurso protocolado for indeferido ou o Contratante informar que não apresentará defesa prévia ou recurso, gerando a aplicação da multa, a Contratada deverá encaminhar o respectivo boleto à contratante, antes do seu vencimento, para que seja

Denn





efetuado o pagamento, ou indicar outros meios para sua realização, na impossibilidade de ser gerado o boleto;

4.7.4. As multas de trânsito não causadas pelos condutores ou usuários dos veículos serão de responsabilidade da Contratada;

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **5.1.** Para fins de comprovação de qualificação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- **5.1.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, constituídos, inclusive, por 01 (um) ou mais Atestados ou documento de Comprovação de Capacitação Técnica, demonstrando a execução de serviços com características semelhantes ao objeto da licitação;
- **5.1.2.** O(s) atestado(s) deve(m) conter o nome, endereço e o e-mail de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual a Secretaria Municipal de Transporte, possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s);
- **5.1.3.** Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitida por empresa do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico;
- **5.1.4.** Entregar a documentação de cada veículo locado ao Contratante, inclusive cópia do Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo (CRLV) autenticada, regularizada em nome da Contratada.

6. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A ENTREGA DOS VEÍCULOS

6.1. Os veículos deverão ser de propriedade da Contratada e estarem em perfeitas condições de uso e apresentação, devendo ser disponibilizados devidamente registrados e licenciados, e possuir todas as características e especificações constantes neste Termo de Referência, observadas as características originais de fábrica e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito;





P.M.Q.

Processo nº 13.580/21

Rubrica Pls 173

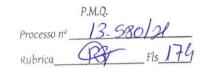
- **6.2.** Os veículos, quando disponibilizados pela Contratada, deverão estar rigorosamente limpos e em perfeitas condições de funcionamento e utilização, com pneus e estepe em bom estado, baterias em perfeitas condições de uso, latarias em bom estado de conservação, ar-condicionado em pleno funcionamento, faróis novos, lanternas novas, extintor, macaco, chave de rodas, triângulo, inclusive quando da devolução de veículos depois de retirada para realização de manutenção preventiva e corretiva;
- **6.3.** O prazo para disponibilização dos veículos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
- **6.4.** A contratada deverá substituir, a qualquer tempo e sem qualquer ônus para a Contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o(s) veículo(s) cujas especificações possuam divergências quanto ao preconizado neste Termo de Referência.
- **6.5.** Os veículos deverão estar todos licenciados e emplacados, com IPVA e seguro obrigatório (DPVAT) periodicamente quitados;
- **6.6.** Os veículos permanecerão nas dependências da Contratante, ou em local por este determinado, sob guarda e responsabilidade deste, em tempo integral, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.
- **6.7**. Em caso de pane que interrompa a conclusão do deslocamento, à Contratada deverá assegurar, além do reboque do veículo, o transporte dos condutores e passageiros.
- **6.8.** Todos os veículos, inclusive os reservas destes, deverão ser entregues na Sede do Contratante.
- **6.9**. A entrega de qualquer veículo deverá ser previamente agendada junto à Fiscalização do Contratante com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.
- **6.10.** Assinado o contrato, o seu objeto será recebido em até 30 (trinta) dias corridos, conforme item 6.3 desde Termo de Referência, por comissão de fiscalização de contrato que será composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8666/93;

7. DA FISCALIZAÇÃO:

7.1. A fiscalização da contratação decorrente do Termo de Referência caberá, respectivamente, aos servidores especialmente designados pela Secretaria Municipal de Transporte nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;







- 7.2. Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto neste processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Quissamã ou modificação da contratação;
- 7.3. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal da Secretaria Municipal de Transporte deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes:
- **7.4**. A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

8. VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

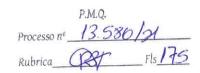
- **8.1.** Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo o contrato ser prorrogado;
- **8.2.** A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.
- 8.3. O prazo máximo para início da prestação dos serviços é de 30 (trinta) dias corridos, a partir da autorização de início dos serviços.

9. DOS RELATÓRIOS

- 9.1 A Contratada deverá cumprir, por meio eletrônico, relatório ao Contratante, até o dia 10 de cada mês, listando os serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados em cada veículo no mês anterior, incluindo data, horário, tipo de serviço e custo de realização;
- 9.2 Deverão ser identificados nos relatórios a data e o horário de solicitação de substituição de veículos e a data, o horário e o local em que foi realizada a entrega do veículo substituído;

Phum





- 9.3 A Contratada deverá fornecer relatórios mensalmente ou a partir da solicitação do Contratante, em meio eletrônico e preferencialmente no formato Excel com indicação de período, de forma consolidada e analítica, contendo:
 - a) Relação de veículos que estiveram locados;
 - b) Relação de veículos que foram devolvidos;
 - c) Relação de veículos que foram envolvidos em acidentes/sinistros;
 - d) Quantidade de autos de infração recebida por veículo;
- 9.4 A Contratada deverá enviar ao Contratante, até o dia 10 de cada mês, relatório com as informações de telemetria apuradas no mês anterior.

10. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **10.1.** O pagamento será realizado pela Prefeitura Municipal de Quissamã em até 30(trinta) dias após o início dos serviços;
- **10.2.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio da apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa a débitos federais;
- b) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- c) Prova de regularidade perante a Procuradoria Estadual;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal
- 10.3. Havendo erro n apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularidade da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- **10.4.** O pagamento será efetuado conforme a prestação do serviço, devendo esse ser acompanhado da respectiva nota fiscal e/ou fatura devidamente certificada pelo fiscal responsável;





P.M.Q.
Processo ns 13.580/21
Rubrica PST Fls 176

10.5 Caberá ao Secretário Municipal de Transporte a averiguação da disponibilidade financeira para efetuar o pagamento;

11. DO CUSTO TOTAL ESTIMADO

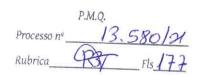
- 11.1. O valor total estimado dos serviços é no valor de R\$ 1.902.420,00 (um milhão, novecentos e dois mil, e quatrocentos e vinte reais);
- **11.2.** Para a composição do valor foi utilizada a Metodologia de Cálculo, conforme demonstrada Planilha de Composição de Custos Estimados e no Mapa Comparativo de Preços.

12. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS ESTIMADOS

ltem	Quant	Unid	Especificações Técnicas	Valor Unit. Estimado mensal	Valor Unit. Estimado anual	Valor Tota Estimado
01	06	Unid.	Locação de veículo tipo Ônibus Urbano com roleta, duas portas laterais com sistema de acessibilidade, ar-condicionado, sem motorista, sem combustível, ano/modelo de fabricação mínima 2019/2020, letreiro luminoso com identificação de destino, capacidade mínima de 36 passageiros sentados e 30 passageiros em pé, tacógrafo com disco de um dia, câmeras de monitoramento, cor externa predominante branca. Veículo revisado com manutenção po conta da contratada. Saídas de emergência no teto, nas laterais, faróis novos, lanternas novas, extintor, macaco, chave de rodas, triângulo, pneus e estepe em bom estado, com estimativa de até 12.000 km/mês rodado Veículo equipado com todos os itens de segurança conforme normas do CONTRAN com documentação anual em dia.	R\$ 26.422,50	R\$ 317.070,00	R\$1.902.420
			VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$1.902.420,0







13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas provenientes da presente licitação serão cobertas com recursos da seguinte dotação orçamentária:

13.1.1. Funcional Programática: 19.001.001.26.122.0079.2095

13.1.2. Elemento de Despesas: 33.90.39.00.00

13.1.3. Ficha: 171

13.1.4. Fonte: 17040

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **14.1.** Comunicar à licitante vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços;
- **14.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, os bens/serviços entregues ou executados fora da especificação deste Termo de Referência;
- **14.3.** Fornecer à Contratada todos os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato;
- 14.4. Exercer a fiscalização do contrato;
- **14.7.** Usar os veículos respeitando suas características e especificações, empregando condutores habilitados, que deverão conduzi-los de acordo com as regras de circulação;
- **14.8.** Comunicar à Contratada, o mais breve possível, todas as irregularidades verificadas no estado dos veículos que afetem sua normalidade de uso, para a devida regularização;
- **14.9.** Providenciar boletim de ocorrência policial, em caso de acidentes, incêndios ou roubo de veículos, e encaminhar imediatamente à Contratada;
- 14.10. Emitir atestados de capacidade técnica quando solicitados;
- 14.11. Solicitar em tempo hábil o cancelamento dos serviços que não forem utilizados;
- **14.12.**Aplicar as penalidades para as hipóteses da Contratada não cumprir o compromisso assumido com a Administração, de acordo com a legislação pertinente.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Manter a frota em perfeita condição de uso e segurança;
- **15.2.** Visando reduzir os danos ambientais da contratação e permitir uma maior eficiência para a Frota, os veículos a serem ofertados devem seguir os parâmetros de eficiência

Jun





Processo nº 13-580/21

Rubrica PST Fls 178

estabelecidos nas especificações dos veículos, criados a partir dos padrões de eficiência do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – PBEV, do INMETRO;

- 15.3. Apresentar plano de manutenção do veículo substituto, quando este for necessário;
- **15.4.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, salvo as multas de trânsito que tenham sido causadas pelo condutor ou usuários;
- **15.5.** Possuir unidade ou escritório com capacidade administrativa e operacional o mais próximo da sede da Contratante, para a perfeita execução dos serviços concernentes às substituições, manutenções e outros, dentro do prazo máximo estabelecido;
- **15.6.** Manter pessoal capacitado para atender, prontamente, os prazos e obrigações contratuais, indicando um representante com atuação no município de Quissamã para operar de forma conjunta com o responsável pela Fiscalização da Contratante, bem como disponibilizando números de telefones que atendam 24horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, às emergências e substituições de veículos, quando necessárias;
- 15.7. Manter a frota em perfeito estado de higiene e limpeza;
- **15.8.** Manter, durante toda execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- **15.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;
- **15.11.** Respeitar as Resoluções, Normas e Instruções do Estado e aceitar, integralmente, os métodos e processos de inspeção, verificação e controle dos veículos adotados pela Fiscalização Contratante;





Processo ns 13.580/21

Rubrica Fls 79

- 15.12. Arcar com as despesas de seguro e transporte dos veículos até os locais de entrega;
- **15.13.** Os encargos relacionados aos veículos são de inteira responsabilidade da Contratada, não respondendo o Contratante solidária, nem subsidiariamente pelos mesmos;
- **15.14.** Para a execução das manutenções preventivas, a Contratada deverá comunicar a retirada do veículo ao Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas desta providência, apresentando um veículo reserva, em consonância com o que dispõe este Termo de Referência.
- **15.15.** A disponibilização dos veículos a serem mantidos pela Contratada dar-se á mediante autorização da Fiscalização da Secretaria Municipal de Transporte;
- **15.16.** Serão de inteira responsabilidade da Contratada os danos que ocorrerem no veículo decorrente da falta de manutenção preventiva:
- **15.17.** A Contratada deverá promover a apresentação e demonstração aos usuários sobre as funcionalidades e recursos dos veículos na ocasião da entrega, caso seja requerido pelo Contratante:
- **15.18.** Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o Contratante.
- **15.19.** Deverão estar compreendidos na proposta todos os custos necessários, diretos e indiretos, para que os serviços sejam prestados a Contratante de forma que possibilite sua utilização plena.
- **15.20.** Entregar a apólice de seguro, CSV expedido por sociedade empresária devidamente acreditada no INMETRO, quando for o caso, em até 10 (dez) dias antecedentes a entrega dos respectivos automóveis, para que sejam efetuadas as formalidades administrativas e operacionais do Contratante, mantendo esta condição até o término do Contrato;

16. METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES

16.1. O quantitativo de ônibus foi estimado em consonância com a quantidade de linhas existentes no transporte publico de passageiros no Município que Atualmente são 6 (seis) linhas existentes atendendo as necessidades prementes da população.

17. TIPO DE EMPENHO

- 17.1. O empenho será global, conforme parcelas de pagamento mensais.
- 18.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 18.1. Menor Preço Unitário Por Item.

19. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Dun





19.1. O presente processo licitatório será realizado na modalidade de pregão presencial para registro de preço, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **20.1.** As empresas licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência;
- **20.2.** A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados, sob pena de desclassificação, ressalvada quando tiver divergência entre o valor numérico e o valor por extenso;
- **20.3.** Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 8.666/93.





P.M.Q.

Processo n° 13.580/21

Rubrica P87 Fls 181

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO I/I

DADOS DA LICITANTE



ANEXO I/I - DADOS DA LICITANTE

Nome Fantasia:		Razão Social:		·····	8
Endereço:		Cidade:	Estado:C	EP:	=
Responsável:	Telefones:	E-mail:			-
CNPJ:					
Atenção: Este anexo deverá ser preen	chido e apresentado no envelope de crede	nciamento.			
				Em,de	de
	:	Assinatura e carimbo			









SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE **EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO II/I

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ltem	Quant	Unid	Especificações Técnicas	Valor Unit. Estimado mensal	Valor Unit. Estimado anual	Valor Total Estimado
01	06	Unid.	Locação de veículo tipo Ônibus Urbano com roleta, duas portas laterais com sistema de acessibilidade, ar-condicionado, sem motorista, sem combustível,ano/modelo de fabricação mínima 2019/2020, letreiro luminoso com identificação de destino, capacidade mínima de 36 passageiros sentados e 30 passageiros em pé, tacógrafo com disco de um dia, câmeras de monitoramento, cor externa predominante branca. Veículo revisado com manutenção por conta da contratada. Saídas de emergência no teto, nas laterais, faróis novos, lanternas novas, extintor, macaco, chave de rodas, triângulo, pneus e estepe em bom estado, com estimativa de até 12.000 km/mês rodados. Veículo equipado com todos os itens de segurança conforme normas do CONTRAN com documentação anual em dia.		R\$ 317.070,00	R\$1.902.420,00
			VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$1.902.420,00





P.M.Q.

Processo n° 13 580 121

Rubrica PSJ Fls 183

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022 ANEXO II

(Descrição de compra)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

Sistema de Controle de Compras Emissão de Solicitações

Desarrage no	13.58	30/21
Processo nº _	17.00	0121
Rubrica	13/	Fls_184

Página: 0001

Solicitação: 000996/2022 Registro de Preço

Data Cadastro : 23/02/2022 Solicitação Grupo : Comprador : 2302 - MAURICIO.SOUZA

Centro de Custo: SMTRA - 36.02.00.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE - SETRA Fonte : ROYALTIES ATE 5% - LEI 7990/89

Prioridade : - NORMAL N° Processo: 00013580/2021 Preço Estimado(R\$) : 1.902.420,00

Custeio : 001 - APLICACAO INTERNA

Modalidade de Compra: Licitação

Qtde. Sol. Pr. Estimado Valor Total

6,00 317.070,00 1.902.420,0000

Ficha Número : 171

Finalidade :2090 - MANUTENCAO DA FROTA MUNICIPAL

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS URBANO COM ROLETA, SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Sub Elemento de Despesa: 3390391200 - Locação de Máquinas e Equipamentos

em dia.

Item Produto U.M. ComprasNet Descrição 0001 047-74-0362-0 UNIDADE 000000 Locacao de

Elaborado por:

Solicitante

Locacao de veiculo tipo Onibus Urbano com roleta, duas portas laterais com sistema de acessibilidade, ar-condicionado, sem motorista, sem combustivel, ano/modelo de fabricacao minima 2019/2020, letreiro luminoso com identificacao de destino, capacidade minima de 36 passageiros sentados e 30 passageiros em pe, tacografo com disco de um dia, cameras de monitoramento, cor externa predominante branca. Veiculo revisado com manutencao por conta da contratada. Saidas emergencia no teto, nas laterais, farois novos, lanternas novas, extintor, macaco, chave de rodas, triangulo, pneus e estepe em bom estado, com estimativa de ate 12.000 km/mes rodados. Veiculo equipado com todos os itens de seguranca conforme normas do CONTRAN com documentacao anual

Anexo:

Controle Gerencial - Suprimentos

Secretário

Ruje

4 - Gabinete Prefeito



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO III

(Modelo de Credenciamento)

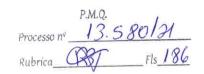
(local), de de 2022.
À
Prefeitura Municipal de Quissamã
Comissão de Pregão
REF.: Credenciamento Pregão nº 030/2022.
Prezados Senhores
Pela presente, fica credenciado o Sr, portador da Cédula de
Identidade nº, expedida em/ e CPF nº
, para representar a empresa,
inscrita no CNPJ nº, no Pregão nº 030/2022, a ser realizada em/, nesse
Município, àshoras, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive
poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber
notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.
Atenciosamente,
Assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

- 1 A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário e COM FIRMA RECONHECIDA DO REPRESENTANTE LEGAL;
- 2 Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta e Preços ou de Habilitação).







SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO IV

(Modelo da Declaração de Atendimento aos Requisitos de habilitação)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO nº 030/2022
A
modalidade Pregão nº /2022.
Local, emde
(representante legal)

Observações:

- 1 Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.
- 2 Esta Declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).







SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO V

(Modelo da Declaração relativa ao trabalho de menores)

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº 030/2022						
		1	inscrito	no	CNPJ	nº
, po	or intermédio	de seu	represe	entante	legal	o(a)
Sr(a)		portador(a)	da Car	teira d	le identi	dade
nº e do CF	PF nº	, [DECLARA	, para fii	ns do dis _l	oosto
no inciso V do art. 27 da Lei n						
de 27 de outubro de 1999, qu						
perigoso ou insalubre e não er						
Ressalva: emprega menor, a p	oartir de quatorze	anos, na co	ndição de	aprendiz	z().	
	Local e	e data				
	Assinatura	e carimbo				
	(representa	ante legal)				

(Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante; se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição).



Ref.: PREGÃO Nº 030/2022 - PMQ RJ

República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº 13.580/01

Rubrica P37 Fls 188

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI

, com (razão social da empresa)
sede na (endereço), inscrita no CNPJ nº
, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
. DECLARAR, sob as penas da Lei, que é
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de
qualificação como ME-EPP-MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses
elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos
direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato
superveniente impeditivo da participação no presente certame.
Supervenierite impeditivo da participação no processos
(1.1.)
(data)
(representante legal)





P.M.Q.

Processo nº 13. 580/21

Rubrica Fls 189

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO VII (PROPOSTA DE PREÇOS)





P.M.Q.
Processo no 13.580/91

Rubrica P8 Fls 190

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

ANEXO VIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

Fornecedor:
Endereço:
PREGÃO/PROCESSO POR LOTE: 0000030/2022

PREGÃO/PROCESSO POR LOTE: 0000030/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00013580/2021

DESCRICAO

PRODUTO

TOTAL POR LOTE

TOTAL

MARCA

VALOR UNITARIO

S

ITEM QUANTIDADE

Tel.:

CNPJ:

00000'0

00000'0

0,0000

6,0000 UNIDADE

Lote: 1

Locação de veiculo tipo Ônibus. Urbano com roleta, duas portas laterais com sistema de acessibilidade, ar-condicionado, sem motorista, sem combustível, ano/modelo de fabricação mínima 2019/2020, letreiro luminoso com identificação de destino,-capacidade mínima de 36 passageiros sentados e 30 passageiros em pé, tacógrafo com disco de um dia, câmeras de monitoramento, cor externa predominante branca. Veículo previsado com manutenção por conta da contratada. Saidas de emergência no teto, nas laterais, faróis novos, lanternas novas, extintor, macaco, chave de rodas, triângulo, pneus e estepe em bom estado, com estimativa de até 12.000 km/mês rodados. Veículo equipado com todos os itens de segurança conforme normas do CONTRAN com documentação anual em dia.

P.M.Q.

Processo no 13.586/91

Rubrica PST Fls 191

TOTAL DA PROPOSTA

00000'0

Quin



Prefeitura Municipal de Quissamã

R. Conde de Araruama, 425 - Quissamã-Rio de Janeiro - RJ

MINUTA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2022 VINCULADA A MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

Aos dias do mês de de 2022, autorizado pelo processo nº 13580/2021
de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022, solicitação
nº 996/2022, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, que será regida pelas
disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela
Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal
nº 2425/2018, de 13 de março de 2018, pelo Decreto Municipal nº 1.882/2014, de 06 de maio
de 2014, e suas alterações e pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e
suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis que, conjuntamente com as
condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração
Municipal e a Licitante Vencedora.
Objeto: Registro de Preços para locação de veículos, tipo ônibus urbano, com roleta, ar
condicionado, sem motorista e sem combustível, com manutenção preventiva e corretiva por
conta da contratada, para atendimento ao Transporte Público de Passageiros no Município de
Quissamã/RJ, conforme termo de referência que integra esta ata.
1.1. Município de Quissamã, pessoa jurídica de direito público, com sede - Prefeitura
Municipal de Quissamã, situada à Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro, Quissamã/RJ,
CEP: 28.735-000, inscrito no CNPJ sob o nº 31.505.027/0001-60, representado neste ato pelo
Secretário Municipal de Transportes, Sr. Marcos Aurélio de Souza e pelo Chefe de Gabinete da
Prefeita, Sr. Luciano de Almeida Lourenço;
1.2. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa
com sede na Rua, CEP:,
e inscrita no CNPJ sob nº, representado por
, portador da Carteira de Identidade RG
n°e CPF sob o n.°, a saber:

	P.M.Q.	
Processo nº	13.58	80/21
Rubrica 4	P34	Fls 193

1.3. O Município efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela Secretaria Municipal de Transportes, a partir da assinatura desta Ata de Registro de Preços, com indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa.

1.4.	Os	serviços	serão	solicitados	com	antecedência	para	que	possam	ser	realizados	nas
quar	ntida	ides, loca	l e hora	ários pré est	abele	cidos pela Sec	retari	a Mu	nicipal de	Tra	nsportes.	

1.5. O preço de R\$ () será pago mediante os serviços realizados
e conferidos, quanto à qualidade, à base dos p	preços unitários do item apresentado na proposta
final, e mediante a apresentação da Nota	Fiscal, informando a modalidade e número da
licitação, número do empenho e dados bancá	rios, acompanhados das provas de regularidade
com a Previdência Social – INSS e junto ao Fu	undo de Garantia do Tempo de Servico – FGTS.

- **1.6.** O presente registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 1.7. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
- **1.7.1.** Para assinatura do contrato a licitante vencedora deverá manter as condições da habilitação consignadas no edital.
- **1.8.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.
- 1.9. Durante a sua vigência, os preços registrados somente poderão ser ajustados nas hipóteses elencadas no artigo 7º do Decreto Municipal nº 1.882 de 06 de maio de 2014, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, caso em que o órgão gerenciador realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.
- **1.10.** As despesas decorrentes da realização dos serviços, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	NATUREZA	FICHA	FONTE	



- **1.11.** Este instrumento de registro de preços não obriga o Município a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- **1.12.** O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às sanções previstas no item 18 do edital.
- **1.13.** O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos Artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.
- **1.14**. A rescisão do termo, por inexecução total ou parcial, dar-se-á nas hipóteses dos Arts. 77 e 78, da Lei 8.666/93. A parte infratora sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor dado como preço do fornecimento, e indenização das perdas e danos, se ocasionados. A rescisão amigável dar-se-á, nos termos do Art. 79, Inciso II, da Lei 8.666/93.
- 1.15. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022.
- 1.16. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, as propostas apresentadas pelas adjudicatárias.
- **1.17.** Cumprir fielmente as determinações constantes na Ata de Registro de Preços n.º ___/2022, e seus anexos, de sua Proposta, bem como a legislação a que se subordina o presente ajuste.
- **1.18**. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações, comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, venha a causar a terceiros, em virtude do fornecimento ou serviço, respondendo por si e por seus sucessores.
- **1.19.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada e estendida a qualquer Órgão Público ou Entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços, desde que devidamente comprovada a vantagem de sua utilização.



1.20. O (s) Órgão (aos) Público (s) e/ou Entidade (s) da Administração que não participar (em) do registro de preços, e que desejar (em) fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá (ão) manifestar seu interesse junto ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

1.21. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento a outros Órgãos Públicos e/ou Entidades da Administração, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

- **1.22.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder por Órgão Público e/ou Entidades da Administração, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- **1.23.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- **1.24.** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 2.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições desta Ata de Registro de Preços, a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará a contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86,87 e 88 da lei Federal nº 8.666/93, bem como no que couber, as seguintes sanções.
- 2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil que exceder o prazo de fornecimento, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- 2.3. Multa administrativa de ate 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.
- 2.4. As multas moratórias e administrativa poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES rescinda, unilateralmente, a Ata de registro de Preço e aplique as demais sanções legais

Quin



- 2.5. As multas administrativa e moratórias serão descontadas dos pagamentos eventualmente, devidos pela administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.6. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais comunicações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 2.7. A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será impedida de contratar com a administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais comunicações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.
- 3. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 030/2022, o anexo I relação dos itens da licitação (Julgamento), com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- 3.1. Ficam designados como Gestor da presente Ata de Registro de Preços o (a) Sr. (a) _______, e como Fiscal o (a) Sr. (a) ______, os quais deverão exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução dos serviços contratados, nos termos e atribuições do Decreto Municipal n.º 2729/2019 e do Art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/93 e as desta Ata, sem prejuízo da Secretaria Municipal de Transportes fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.
- **3.2.** Fica eleito o foro da Comarca de Carapebus Quissamã / RJ, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.
- 3.3. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins



	P.M.Q.	- 1
Processo no	13.58	80/21
Rubrica	134	Fls 197

Quiss	amã(RJ),de _	d	e	
			-	
Gestor:				
Fiscal:		CPF:		
TESTEMUNHAS:				
NOME:	CPF:		_	
NOME:	CPF:			

Minuta Ata de Registro de Preços nº _____/2022.





P.M.Q.

Processo n^s 13.580/21

Rubrica PST Fls 198

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

CONTRATO







Prefeitura Municipal de Quissamã R. Conde de Araruama, 425 – Quissamã-Rio de Janeiro – RJ

MINUTA CONTRATO Nº /2022 VINCULADA A MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2022

Este Contrato vincula-se ao procedimento de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2022							
e a Ata de Registro de Preços nº/2022, instaurado face a solicitação nº 996/2022, Processo n.º							
13580/2021, da Secretaria Municipal de Transportes - SETRA, e rege-se pela pela Lei Federal n.º							
10.520/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo Decreto n.º 2425 de 13 de março de 2018, pelo Decreto Municipal nº 1.882, de 06 de maio de 2014 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das disposições							
							aplicáveis que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas regem o relacionamento
							obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante vencedora, e demais normas legais
pertinentes. Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo mútuo das partes, demais							
disposições legais aplicáveis e a Teoria Geral dos Contratos, em aditamento, se necessário:							
CLÁUSULA I - PARTES							
1.1 - Município de Quissamã -, pessoa jurídica de direito público, com sede - Prefeitura Municipal de Quissamã, à Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro, Quissamã/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 31.505.027/0001-60, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Transportes, Sr. Marcos Aurélio de Souza e pelo Chefe de Gabinete da Prefeita, Sr. Luciano de Almeida Lourenço, doravante denominado CONTRATANTE;							
1.2, estabelecida à, CEP:,							
inscrita no CNPJ com nº, representada por							
, portador da carteira de identidade nº,							
cadastrado no CPF sob nº, doravante denominada CONTRATADA.							
CLÁUSULA II – OBJETO							
2.1. Contratação de empresa paral locação de veículos, tipo ônibus urbano, com roleta, ar condicionado,							
sem motorista e sem combustível, com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada para							
atendimento ao Transporte Público de Passageiros no Município de Quissamã/RJ, conforme termo de							
referência que integra este contrato.							
CLÁUSULA III - PREÇO E PAGAMENTO							
3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estabelecido na Ata de Registro de Preços nº							
serviço efetivamente executado.							



- 3.2. As notas fiscais de serviço emitidas pela Contratada obedecerão à Lei nº 5.474/68 e a nº 4.320/64, § 2º, III do Art. 63, contendo a descrição de cada serviço prestado e aceito Lei pela Contratante, no período.
- 3.3. O recebimento da importância relativa aos serviços prestados e aceitos condiciona-se a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária relativa à mão de obra empregada, ao FGTS e do ISSQN ao Município de origem.
- 3.4. O atraso no pagamento implicará na incidência de juros de 1 % (um por cento) ao mês, mais TR como compensação financeira, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data da entrega aposta pelo protocolo da SETRA no título da cobrança e a data do efetivo pagamento.
- 3.5. No ato do pagamento dos serviços efetivamente prestados e aceitos, haverá retenção de 11% sobre o valor bruto da Nota Fiscal ou fatura. O valor retido deverá ser destacado na Nota Fiscal ou fatura da prestação de serviço, para fins de recolhimento à Previdência Social em nome da contratada, até o dia 02 (dois) do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal ou fatura.
- § 1º Cabe à CONTRATADA a comprovação da não incidência e/ou da dispensa da retenção estabelecida no item 3.5, conforme previstas na legislação previdenciária (LF 8.212/91 e Regulamento autorizado pelo decreto 3048/99).
- § 2º Na prestação de serviços de obras e serviços a CONTRATADA apresentará separadamente a Nota Fiscal relativa à mão de obra empregada, em conformidade com a legislação previdenciária (LF 8.212/91 e Regulamento autorizado pelo decreto 3048/99).

CLÁUSULA IV – DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, os preços registrados somente poderão ser ajustados nas hipóteses elencadas no artigo 7º do Decreto Municipal nº 1.882 de 06 de maio de 2014, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, caso em que o órgão gerenciador realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade. Processo nº 13580/21
Rubrica PST Fls 200

CLÁUSULA V - VIGÊNCIA

5.1. O prazo para realização dos serviços é de 12 (doze) meses, a partir assinatura da autorização de início de serviços, podendo ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos, por acordo das partes.

CLÁUSULA VI - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.10. As despesas decorrentes da realização dos serviços, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	NATUREZA	FICHA	FONTE	
19.001.001.26.122.0079.2095	3390.39	164	170	

CLÁUSULA VII - RESCISÃO



7.1. A rescisão do Contrato, por inexecução total ou parcial, dar-se-á nas hipóteses dos Arts. 77 e 78, da Lei 8.666/93. À parte infratora sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor dado como preço dos serviços, na Cláusula III supra, e indenização das perdas e danos, se ocasionados. A rescisão amigável dar-se-á, nos termos do Art. 79, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- **8.1.** Cumprir fielmente as determinações constantes do Pregão Presencial nº 030/2022 e seus anexos, de sua Proposta, bem como a legislação a que se subordina o presente ajuste, conforme previsto no Preâmbulo.
- **8.2.** Responder por todos os ônus, encargos e obrigações, comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, venha a causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 8.3. Pagar o ISSQN sobre a prestação dos serviços contratados ao Município de origem.
- **8.4.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.5. Cumprir o constante no item 3.3, da cláusula 3ª, do presente contrato.

P.M.Q. 2550 n° 13.580/21

8.6. Manter a frota em perfeita condição de uso e segurança.

- **8.7.** Visando reduzir os danos ambientais da contratação e permitir uma maior eficiência para a Frota, os veículos a serem ofertados devem seguir os parâmetros de eficiência estabelecidos nas especificações dos veículos, criados a partir dos padrões de eficiência do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular PBEV, do INMETRO.
- 8.8. Apresentar plano de manutenção do veículo substituto, quando este for necessário.
- 8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, salvo as multas de trânsito que tenham sido causadas pelo condutor ou usuários.
- **8.10.** Possuir unidade ou escritório com capacidade administrativa e operacional o mais próximo da sede da Contratante, para a perfeita execução dos serviços concernentes às substituições, manutenções e outros, dentro do prazo máximo estabelecido.
- **8.11.** Manter pessoal capacitado para atender, prontamente, os prazos e obrigações contratuais, indicando um representante com atuação no município de Quissamã para operar de forma conjunta com o responsável pela Fiscalização da Contratante, bem como disponibilizando números de telefones que atendam 24horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, às emergências e substituições de veículos, quando necessárias.

Jum

- **8.12.** Manter, durante toda execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **8.13.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes no termo de referência.
- **8.14.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.
- **8.15.** Respeitar as Resoluções, Normas e Instruções do Estado e aceitar, integralmente, os métodos e processos de inspeção, verificação e controle dos veículos adotados pela Fiscalização Contratante.
- **8.16.** Os encargos relacionados aos veículos são de inteira responsabilidade da Contratada, não respondendo o Contratante solidária, nem subsidiariamente pelos mesmos.
- **8.17.** Para a execução das manutenções preventivas, a Contratada deverá comunicar a retirada do veículo à Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas desta providência, apresentando um veículo reserva, em consonância com o que dispõe o termo de referência, parte integrante deste contrato.
- **8.18.** A disponibilização dos veículos a serem mantidos pela Contratada dar-se-á mediante autorização da Fiscalização da Secretaria Municipal de Transportes;
- 8.19. Serão de inteira responsabilidade da Contratada os danos que ocorrerem no veículo decorrente da falta de manutenção preventiva;
- **8.20.** A Contratada deverá promover a apresentação e demonstração aos usuários sobre as funcionalidades e recursos dos veículos na ocasião da entrega, caso seja requerido pelo Contratante.
- **8.21.** Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o Contratante.
- **8.2.2.** Entregar a apólice de seguro, CSV expedido por sociedade empresária devidamente acreditada no INMETRO, quando for o caso, em até 10 (dez) dias antecedentes a entrega dos respectivos automóveis, para que sejam efetuadas as formalidades administrativas e operacionais do Contratante, mantendo esta condição até o término do Contrato;

							Pro	scesso n	/	-	-
CLÁUS	SULA IX – OE	BRIGAÇÕE	S DO CON	TRATAN	ITE		955	brica R	3/	Fls	202
9.1.	Designar	como	Gestor	do	present	е	contrato	0	(a)	Sr.	(a)
-						е	como	Fiscal	0	(a)	Sr.(a)
					,Sr.((^a)					
-								е			Sr.(a)
					,os	quai	s deverão	exercer	ampla	irres	trita e
perma	nente fiscaliza	ação da ex	cecução dos	s serviço	s contrat	ados	, nos term	os e atri	buições	do D	ecreto
Munici	pal n.º 2729/2	2019 e do	Art. 67, para	ágrafos 1	1° e 2° da	Lei	8.666/93 e	as deste	e CONT	RATO), sem
prejuíz	o da CONTRA	ATADA fisc	alizar seus	emprega	ados, prep	osto	s ou subor	dinados.			

9.2. Usar os veículos respeitando suas características e especificações, empregando condutores habilitados, que deverão conduzi-los de acordo com as regras de circulação.

Jun Jun

- **9.3.** Comunicar à Contratada, o mais breve possível, todas as irregularidades verificadas no estado dos veículos que afetem sua normalidade de uso, para a devida regularização.
- **9.4.** Providenciar boletim de ocorrência policial, em caso de acidentes, incêndios ou roubo de veículos, e encaminhar imediatamente à Contratada.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

10.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, erro de execução, demora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

- a advertência:
- b multa de mora de até 0,1 (um décimo por cento), por dia útil, sobre o valor do CONTRATO, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração
 Municipal, Direta e Indireta, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- e não será admitida a participação de licitante já incursos na pena do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- **10.2.** As sanções previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", poderão ser cumuladas e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do CONTRATO (Art. 78 e seus incisos c/c Art. 79, I, da Lei 8.666/93) por decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XI - FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carapebus/Quissamã, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas e litígios decorrentes deste instrumento.

E por estarem de acordo, assinam o presente CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas, para que produza os efeitos esperados.

Quissamã (RJ) de	de 2022.
CONTRATANTE:	
MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ Marcos Aurélio de Souza Secretário Municipal de Transportes	MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ Luciano de Almeida Lourenço Chefe de Gabinete da Prefeita
CONTRATADA:CNPJ:	
Nome do representante: CPF do representante:	



TESTEMUNHAS:		P.M.Q. Processo no 13.580/21 Rubrica P.M.Q. Fls 202
1) NOME:	CPF:	
2) NOME:	CPF:	
CIENTES:		
GESTOR:		
FISCAL1:	CPF:	
FISCAL2:	CPF:	
FISCAL 3:	CPF:	



Minuta de Contrato nº ____/____.